

INDICADORES FINANCEIROS MUNICIPAIS: UM ESTUDO NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

MUNICIPAL FINANCIAL INDICATORS: A STUDY IN THE METROPOLITAN REGION OF MARINGÁ

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Roberto Rivelino Martins Ribeiro, Universidade Estadual de Maringá, Brasil (rivamga@hotmail.com)

Joice Garcia Del Cielo, Universidade Estadual de Maringá, Brasil (ra108102@uem.br)

Juliane Andressa Pavão, Universidade Estadual de Maringá, Brasil (julianepavao@hotmail.com)

Marguit Neumann, Universidade Estadual de Maringá, Brasil (marguitn26@gmail.com)

Kerla Mattiello, Universidade Estadual de Maringá, Brasil (m_kerla@yahoo.com.br)

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a evolução das finanças municipais da Região Metropolitana de Maringá, a partir das técnicas de análise vertical e horizontal. A amostra contempla vinte e sete municípios e o período de análise compreende os anos 2014 a 2020. Os fundamentos teóricos abordam a contabilidade governamental e seus demonstrativos, bem como a técnica de análise das demonstrações contábeis aplica ao setor público. Os procedimentos metodológicos empregados classificam-se como pesquisa aplicada, com uma abordagem mais qualitativa e uma pesquisa documental com levantamento de dados, com informações secundárias e um ambiente de campo para o estudo, além de utilizar o fator *ex-post facto*. Os resultados apontaram equilíbrio e uma crescente evolução nos indicadores em todos os municípios, excetuando-se alguns que, em anos específicos, tiveram um piora nos indicadores, fato que revela não haver destaques ou supremacia na excelência de gestão; os municípios tem seguindo um padrão de aumentar os ativos a longo prazo para gerar um maior poder de comprar.

Palavras-chave: Indicadores financeiros; Análise vertical e horizontal; Região metropolitana de Maringá.

Abstract

*This research aims to investigate the evolution of municipal finances in the Metropolitan Region of Maringá, based on vertical and horizontal analysis techniques. The sample includes twenty-seven municipalities and the period of analysis comprises the years 2014 to 2020. The theoretical foundations approach government accounting and its statements, as well as the technique of analysis of financial statements applied to the public sector. The methodological procedures employed are classified as applied research, with a more qualitative approach and a documental research with data collection, with secondary information and a field environment for the study, in addition to using the *ex-post facto* factor. The results showed balance and a growing evolution in the indicators in all the municipalities, except for some that, in specific years, had a worsening in the indicators, a fact that reveals that there are no highlights or supremacy in management excellence; municipalities have followed a pattern of increasing long-term assets to generate greater purchasing power.*

Keywords: Financial indicators; Vertical and horizontal analysis; Metropolitan Region of Maringá.

1. INTRODUÇÃO

No começo do século XX, o Brasil evidenciava a aparição da sistematização das demonstrações contábeis na contabilidade aplicada ao setor público, pois foi verificado que essa atividade geraria grande confiabilidades nas informações. Mas ainda assim os dados eram feitos para os bancários e para usuários com o devido conhecimento em contabilidade, deixando de lado a sociedade que é mais leiga. Com isso, a Contabilidade aplicada ao setor público no Brasil busca estar sempre se adequando as necessidades da comunidade para uma maior clareza das informações, assim os legisladores buscam novas leis e normas para tornar isso possível. Por esse motivo foi desenvolvida a análise dos balanços e das demonstrações contábeis, facilitando a leitura das informações e passando maior confiabilidade aos usuários. Dessa forma, segundo Pascarelli Filho (2011), para se ter uma eficácia e eficiência nas informações para a sociedade, diminuindo assim a corrupção no setor público, “o Estado, através da administração pública, deve atender as demandas da sociedade com serviços públicos de qualidade e com alto nível de transparência, e, para tanto, nos seus três níveis, é mandatário que contenha o maior índice de profissionalização”. (PASCARELLI FILHO, 2011, p. 13).

Das informações provenientes análise das demonstrações contábeis é possível se estabelecer indicadores que demonstram o comportamento das finanças e da gestão, entender a evolução e composição do patrimônio, entre outros, bem como, checar a divulgação e transparência das informações exigidas pela legislação. Logo, a proposição deste estudo se propõe a investigar se os municípios integrantes da amostra atendem ao determinado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Brasil 1964), pois seguindo-os é possível entender efetivamente de forma mais clara a situação patrimonial dos municípios, com informações relevantes, úteis e fidedignas, além de demonstrar a sua eficácia e eficiência nos seus bens e ações, ou seja, se as informações e demonstrações contábeis divulgadas, de fato representam apropriadamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade” (MCASP, 2021, p. 409).

Especificamente, a técnica da análise vertical e horizontal aplicadas às demonstrações contábeis possibilita verificar a participação de cada elemento em relação ao seu todo, ou com um determinado referencial patrimonial, é utilizado a análise vertical que, segundo Ribeiro (1997, p. 173) “A Análise Vertical, também denominada por alguns analistas Análise por Coeficientes, é aquela através da qual se compara cada um dos elementos do conjunto em relação ao total do conjunto”. Entretanto, na análise horizontal o objetivo maior é verificar se as demonstrações estão em queda ou em evolução, e comparar percentuais no decorrer de períodos, que de acordo com Matarazzo (2003, p. 245) “a análise horizontal baseia-se na evolução de cada conta de uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação à demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga”. Além disso, a importância de realizar uma comparação na evolução das finanças públicas é para verificar como as contas se movimentam e quais valores estão em discrepância e assim procurar as causas dessas alterações que as vezes passa despercebido nos municípios.

Dessa maneira, esse estudo deu início em um artigo anterior da mesma autora, do qual verificava-se o endividamento dos mesmos municípios no mesmo período de tempo, porém lá se tinha uma abrangência maior de indicadores, além de entender o que acontecia em cada município segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas no presente artigo a análise foi de continuidade das mesmas cidade e anos, para assim se analisar mais afundo suas contas patrimoniais segundo a análise vertical e horizontal, com esse viés é possível verificar qual conta em específico se encontra em desequilíbrio em relação as demais e em comparação com todos os municípios da região metropolitana de Maringá.

Estabeleceu-se então como objetivo investigar a evolução das finanças dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Maringá mediante o uso das análises vertical e horizontal. O estudo delimitou-se em estudar os vinte e sete municípios que integram a Região Metropolitana de Maringá e o período de análise compreende os anos 2014 a 2020, do qual, o período escolhido é para verificar uma evolução até o tempo atual, e perceber na onde possivelmente ocorreu um desequilíbrio. Para alcançar o objetivo utilizou-se da técnica de análise vertical e horizontal dos demonstrativos dos municípios.

O artigo está dividido em cinco sessões, sendo que na primeira é apresentado a introdução, da qual terá a contextualização do tema do estudo, o problema da pesquisa, quais os objetivos e como será realizado a análises dos dados; na segunda sessão se procedeu à revisão de literatura, com temas contabilidade governamental, análise das demonstrações contábeis por meio de indicadores e a análise horizontal e vertical das demonstrações contábeis. Assim, no terceiro tópico é apresentado os procedimentos metodológicos adotados; com relação a sessão de número quatro, se faz a descrição dos dados e suas respectivas análises dos indicadores e sua evolução; por fim, a parte cinco destaca as considerações finais sobre o objeto de estudo e os achados da pesquisa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Contabilidade governamental e seus demonstrativos

No contexto histórico a contabilidade aplicada ao setor público há anos a mesma vem passando por transformações para se enquadrar nas normas internacionais, e sua evolução acontece junto com as finanças públicas de cada localidade. Dessa forma, para se ter informações fidedignas do orçamento foi criada a Lei nº 4.320/1964, que retrata das receitas e despesas de forma mais esmiuçada respeitando a universalidade dessas informações e suas previsões, assim no seu “Art. 1º Esta lei estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal.” (BRASIL, 1964). Com isso, para se coordenar a gestão pública, o patrimônio público deve lançar e concede informações confiáveis por meio das demonstrações, desde financeiras, orçamentárias e patrimoniais.

Dessa maneira, para ajudar nas confiabilidades das informações se tem a contribuição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), do qual, os padrões internacionais ficam mais coerentes para serem aplicados no orçamento e no patrimônio, pois a preocupação é atender as informações que os usuários necessitam. Além disso, a contribuição começa com a elaboração e execução de todos os orçamentos públicos, para ter um patrimônio confiável e também ter uma informação contábil qualitativa e respeitando as restrições, como o manual cita:

As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. São elas: a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade. As restrições inerentes à informação são a materialidade, o custo-benefício e o alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas. Cada uma das características qualitativas é integrada e funciona em conjunto com as outras. Entretanto, na prática, talvez não seja possível alcançar todas as características qualitativas e, nesse caso, um equilíbrio ou compensação entre algumas delas poderá ser necessário (BRASIL, 2019).

Em relação as demonstrações contábeis, Lima Júnior (2007, p. 16), conceitua que “pode-se traduzir os dados apresentados nas demonstrações contábeis de forma simples e prática.

Fazendo com que o gestor e demais servidores públicos utilizem esta informação para a tomada de decisão, e não apenas por exigência legal”. Pois nem todos os usuários tem capacidade e conhecimento para verificar as informações contábeis, tornando os municípios com falta de transparência para todos os usuários. Dessa forma, os termos utilizados na contabilidade não são de fácil compreensão, gerando diversas interpretações. Portanto, para evitar essa situação os agentes públicos que publicam as informações, devem obter capacidade de compreendê-las e processá-las, possuindo o mínimo de entendimento das demonstrações contábeis e com um vocabulário acessível.

Mas para entender de onde tirar essas informações Silva (2013, p. 24), retrata muito bem que “As demonstrações contábeis deverão apresentar informações extraídas dos registros e dos documentos que fazem parte do sistema contábil da entidade, contendo a identificação da entidade do setor público, da autoridade responsável”. Dessa forma, a situação patrimonial e a performance das demonstrações, influenciam em como as tomadas de decisões estão sendo alocadas. Apresentando informações úteis não apenas para os usuários em tomadas de decisões, mas também para prestação de compromissos, assim Leite (2018, p.50) cita que as informações devem conter: “(a) sobre as fontes, [...] (b) sobre como financiou suas atividades e supriu suas necessidades de caixa; (c) úteis na avaliação da capacidade de financiar [...]; (d) sobre sua condição financeira; e (e) agregadas e úteis para a avaliação do seu desempenho”.

Atentando-se para as peculiaridades que mais impactam o olhar sobre a contabilidade pública têm-se o orçamento e sua execução, mecanismos de fiscalização e controle por parte da legislação e da população; existência e programas de longa duração, pois as entidades do setor público existirão mesmo com severas dificuldades e seus programas são em sua maioria de longo prazo; natureza de ativos e passivos, por se considerar o objetivo de prestação de serviços e algumas especialidades (como ativos de infraestrutura) e não a geração de fluxo de caixa (BRASIL, 2019). Por fim, pode-se dizer que a contabilidade pública, por registrar os eventos ligados ao patrimônio público, englobando aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais, constitui instrumento de grande valia para o planejamento e o controle da administração governamental.

2.2 Análise das demonstrações contábeis

Para fins de determinação de quais demonstrações contábeis são obrigatórias no âmbito da área pública no Brasil, se faz uso do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que é divulgado periodicamente pelo Tesouro Nacional. Este manual tem a função de orientar no processo de elaboração e execução orçamentária dos entes públicos, bem como descreve quais as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e a definição dos elementos que as compõem, atuando então como referência de padronização da estrutura.

As demonstrações que constam no DCASP aplicadas ao setor público são compostas pelo: Balanço Orçamentário, que evidencia a previsão das receitas e despesas com as realizadas; o Balanço Financeiro, que apresenta as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extraorçamentários, os saldos de caixa do exercício anterior e os transferidos ao próximo exercício; o Balanço Patrimonial, que descreve qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial das entidades públicas a partir do uso do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Também consta no manual a forma de elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), que demonstra as alterações ocorridas na composição do patrimônio; a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) que trata das movimentações de caixa; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) que proporciona saberes sobre o aumento ou redução do patrimônio; e, Notas Explicativas que esclarece informações acessórias (MCASP, 2019).

Esse conjunto de demonstrações pode ser analisado para fins de determinação da performance. Para Matarazzo (2010), este processo de análise se configura como um instrumento que transforma os dados obtidos em informações legíveis aos administradores e aos usuários externos, guiando à tomada de decisão por meio de métricas de desempenho ligadas a situação econômica e patrimonial; eficiência na utilização de recursos; tendências futuras; evolução no tempo e no setor de atuação. A literatura, de forma geral, recomenda o emprego das análises vertical e horizontal; de indicadores de estrutura, liquidez e rentabilidade; de cálculos de prazos médios e de alavancagem financeira e operacional; e de resultado econômico. Destarte, o analista pode valer-se de gráficos, tabelas e mapas para apresentação de seu diagnóstico (MAUSS, 2012).

Para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2011) a análise das demonstrações contábeis “tem por objetivo assegurar a consistência e a transparência das informações consolidadas e se fundamenta na avaliação da organização dos dados no formato em que serão divulgados”. Por esse motivo que as análises feitas por profissionais são tão importantes para as organizações, pois facilita a leitura das informações, com isso para Costa (2018, p. 4) “Um dos objetivos da análise das demonstrações contábeis do setor público é gerar informações úteis, confiáveis e adequadas para subsidiar o gestor na tomada de decisão, e facilitar a compreensão dos dados contábeis pelos usuários”. Buscando assim identificar os fenômenos patrimoniais. Para Padoveze (2004, p. 193) “a análise de balanço deve ser um instrumento que possibilite o gerenciamento da informação contábil. Assim, um dos fundamentos da análise de balanço é a criação de indicadores que permitam sempre uma análise comparativa”. Isso faz com que os indicadores sejam importantes para os gestores públicos e a população, além de utilizar em um controle gerencial, tanto dos agentes quanto da sociedade.

Pois os mesmos, trazem diagnóstico da realidade do município e da região, não sendo somente número para análise, mas sim verificar a eficiência, eficácia e a efetividade das decisões dos usuários da informação e aplicações dos recursos públicos. Para Matarazzo (1998, p.19) "os relatórios de análise devem ser elaborados como se fossem dirigidos a leigos, ainda que não o sejam, isto é, sua linguagem deve ser inteligível por qualquer dirigente de nível médio de empresa, gerente de banco ou gerente de crédito".

A análise das demonstrações financeiras visa fundamentalmente ao estudo do desempenho econômico financeiro de uma empresa em determinado período passado, para diagnosticar, sua posição atual e produzir resultados para a previsão de tendências futuras (SOARES e MILANI, 2015, p. 04). Assim, a avaliação das demonstrações contábeis, podem ser vistas e analisadas de várias formas, mas quando se trata da análise vertical e horizontal essas informações acabam sendo de extrema relevância aos órgãos públicos, pois com o primeiro caso é possível verificar o percentual de cada conta patrimonial em relação ao seu total, verificando o gasto em cada elemento da demonstração. Mas na segunda análise é visto a evolução das contas com o passar dos anos ou períodos escolhidos, podendo ser visto como a comparação de uma mesma conta em períodos diferentes, sendo uma análise mais temporal por meio de números-índices, presenciando o desempenho do grupo a ser estudado em específico.

O uso das duas análises em conjunto cria no município a geração de informações fidedignas e mais confiáveis, para Soares e Milani (2015, p. 04), “o que se pretende avaliar são os reflexos que as decisões tomadas por uma empresa determinam sobre a liquidez, estrutura patrimonial e rentabilidade”. Tendo assim uma análise mais fortuna de informações relevantes e confiáveis, que devem serem utilizadas especificamente em conjunto, tendo o envolvimento de todos os grupos e itens de uma demonstração financeira e contábil. E é possível verificar tendências futuras e possíveis erros já realizados, sendo também um instrumento útil para as tomadas de decisões, mas se utilizar apenas uma dessas a confiabilidade acaba sendo um pouco menos

exata. Algumas das demonstrações que são analisadas é alavancagem financeira e operacional, o balanço financeiro, orçamentário, patrimonial e variações patrimoniais quantitativas, porém nesse artigo o foco será na análise vertical e horizontal.

Dessa maneira, na Análise Vertical os municípios realizaram um comparativo em relação ao todo das demonstrações contábeis, sendo possível verificar quais valores que tiveram alterações e quais os motivos do acontecimento. Ocorrendo assim, o julgamento de cada conta e grupo de bens em relação ao seu todo de informações, apurando a atuação de cada elemento contábil, tendo a evolução dos valores e conclusões de decisões que foram tomadas, trabalhando sempre com números-índices (datas distintas) sendo preferencialmente analisada em conjunto com a análise horizontal, para se tem informações veraz. Mas na Análise Horizontal, a avaliação do progresso de cada demonstração financeira e contábil é feita em determinados períodos, levando em consideração diversos itens dos grupos das demonstrações, verificando a evolução ou a queda de números-índices (datas distintas) de cada conta, tendo assim várias informações sobre as tendências financeiras de determinado município e período.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem como objetivo geral comparar a evolução das finanças municipais dos municípios da Região Metropolitana de Maringá. O estudo delimitou-se em estudar os vinte e sete municípios que integram a Região Metropolitana de Maringá e o período de análise compreende os anos 2014 a 2020, do qual, o período escolhido é para verificar uma evolução até o tempo atual, e perceber na onde possivelmente ocorreu um desequilíbrio, sendo uma pesquisa descritiva do qual, o período escolhido é para verificar uma evolução até o tempo atual, e perceber na onde possivelmente ocorreu um desequilíbrio, isso traz uma confiabilidade nas informações analisadas e para o autor. Dessa forma, o intuito do artigo é apenas registrar e descrever os acontecimentos dos municípios sem interferir neles por meio de uma observação sistemática, interpretar os fatos e analisar para uma maior compreensão de suas demonstrações contábeis por meio da coleta de dados padronizados.

A natureza da pesquisa é aplicada (empírica), pois lida com os dados isolados que precisam de um conhecimento técnico do profissional, assim a análise dos 27 municípios da região de Maringá é realizada com base em estudos teóricos sobre o assunto de análise vertical e horizontal para um maior aproveitamento dos dados coletados. Na análise da abordagem qualitativa do estudo, o estudo tem como viés verificar o contexto que as cidades estão localizadas, como sua transparência de informações, dos quais, ajudaram no momento de um diagnóstico preciso do desenvolvimento dos dados dos municípios. Além disso, a qualidade da informação será levada em consideração para uma transparência maior das cidades com relação a sua comunidade, pois muitas das vezes a população não detém de conhecimento técnico, mas por análises conseguem ter a interpretação correta.

A estratégia utilizada no presente estudo é a de pesquisa documental, isso são informações que não tiveram um tratamento mais analítico por um profissional da área, sendo dados apenas de acontecimentos que ocorram. Assim, na análise dos municípios, todos os dados estão descritos seguindo normas e padrões da contabilidade, dificultando a leitura de pessoas leigas sobre o assunto. Por consequência o estudo será realizado para analisar as demonstrações contábeis dos municípios e verificar possíveis erros que os gestores estão tendo.

Ainda seguindo o raciocínio das estratégias da pesquisa, a pesquisa conta com o *ex-post facto*, isso acontece por um fato passado da organização, assim quando trás para a análise dos municípios da região de Maringá, seu intuito é verificar a ordem natural dos acontecimentos em forma de dados após sua ocorrência. Portanto, com esse levantamento dos fatos que ocorreram naturalmente é possível pesquisar as situações problemas ou soluções. Em último lugar de

estratégias é utilizado o de levantamento, do qual o estudo levanta dados suficiente para uma análise e conclusão correta das informações utilizadas. Quanto ao ambiente utilizado no estudo, ele é o de campo pois é possível se ter informações mais fidedignas sobre os 27 municípios da região metropolitana de Maringá.

Por fim, na natureza de coleta de dados, o presente estudo trabalha com informações secundárias pois foram captadas por banco de dados dos municípios por outra pesquisa em formato de artigo científico, tendo apenas uma análise diferente da que será apresentada no estudo.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para se ter informações úteis, confiáveis e adequadas para as tomadas de decisões os gestores públicos utilizam as análises das demonstrações contábeis do setor público, dessa maneira as informações ficam mais acessíveis também para os usuários externos. Com isso, quando um balanço é analisado o primeiro passo é criar indicadores comparativos, tendo a possibilidade de ter informações contábeis mais seguras. Assim, quando há busca de uma referência qualitativa e quantitativa do município, o Balanço Patrimonial é uma das demonstrações que melhor apresenta isso, pois traz informações mais resumidas sobre toda a contabilidade pública da cidade analisada sempre com a utilização do Plano de Contas Aplicados ao Setor Público (PCASP).

Dessa forma, os vieses utilizados na pesquisa é a Análise Vertical e Horizontal, do qual, a primeira mostra um comparativo das demonstrações contábeis com determinados grupos do balanço em relação ao seu todo contábil, porém na segunda análise, é visto a evolução ou o caimento dos números-índices de cada conta contábil e quanto isso prejudica os municípios. Seguindo esse raciocínio os 26 municípios da região metropolitana de Maringá foram analisados pelos seus balanços patrimoniais no período de anos de 2014 até 2020, verificando separadamente seu ativo, passivo e patrimônio líquido. Com isso, é possível verificar suas mudanças com o passar dos anos e possíveis indicadores que estão muito fora da média em relação a todas as cidades analisadas.

4.1 Análise horizontal

A primeira análise a se trabalhar no presente estudo é a Análise Horizontal dos municípios. Seguindo esse raciocínio a média de todos os 7 anos em cada cidade, traz um indicador entre 0,66 até 2,17, desde seu ativo até seu PL, sendo o menor e maior número dentro do passivo dos municípios.



Gráfico 1: Média do Indicador do Passivo

O ínfimo valor é da cidade de Lobato, que analisando mais a fundo é possível verificar que na comparação do ano de 2015/2016 seu indicador é negativo e todos os demais na média dos demais municípios, isso acontece pois no período de 2014 e 2015 seu passivo é apresentado como negativo, mostrando que a cidade não teve recursos suficientes para liquidar todas as suas dívidas e uma parcela das suas obrigações não serão pagas, tendo um passivo maior que o ativo, melhorando apenas depois do ano de 2016. Porém, o supero indicador ocorre na cidade de São Jorge do Ivaí, no período de 2017/2018 e também todos os demais anos são apresentados acima da média em relação aos outros municípios e seus anos. Isso ocorre, pois em 2014 a cidade tem um passivo pequeno e conforme os anos passam a aumenta também, tendo um acréscimo discrepante no período de 2018.

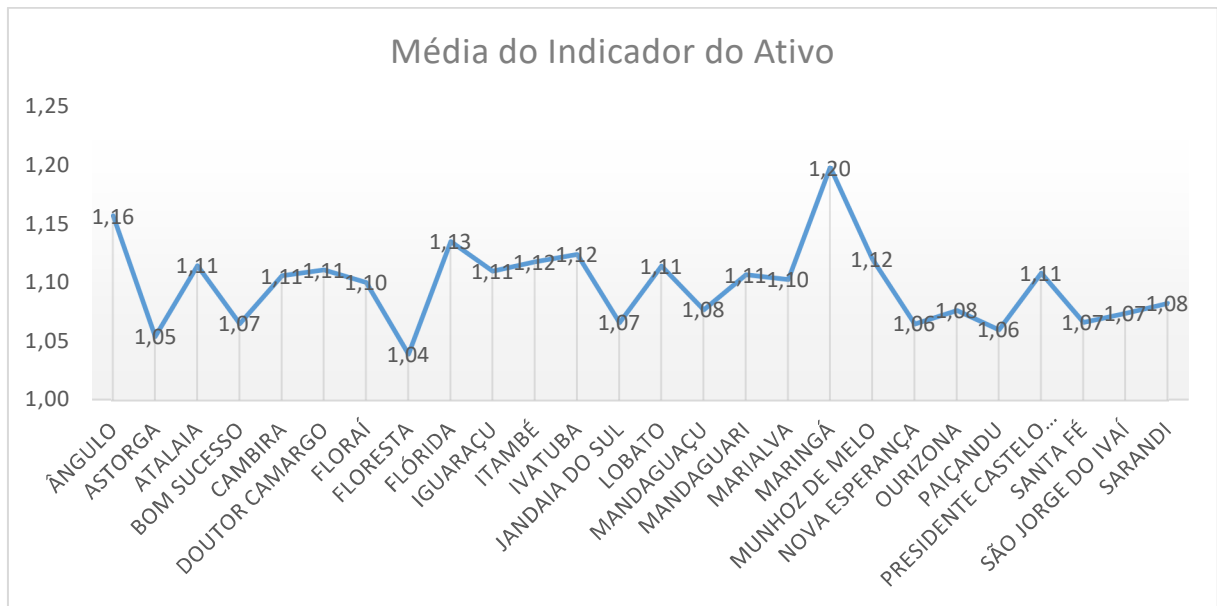


Gráfico 2: Média do Indicador do Ativo

Dessa maneira, o ativo e o patrimônio líquido tiveram médias menores em relação ao passivo dos municípios, mas quando analisados separadamente percebe-se que o ativo das cidades estão entre 1,04 até 1,20 e os demais estão próximos dessa média também, mas o de menor valor é apresentado no município de Floresta, do qual um indicador menor que um no ano de 2016/2017, dando destaque pois não se recupera tanto como as demais cidades no decorrer do tempo, toda via no ano de 2017 seu ativo diminuiu de forma relevante comparado ao ano anterior, tendo um caixa e equivalente de caixa, créditos a curto prazo e créditos tributários a receber menor, se recuperando no próximo ano de forma relevante. No entanto, no maior indicador a cidade apresentada é Maringá, pois no período de 2019/2020 seu indicador foi perto dois, sendo abundante em relação a todos os municípios em todos os anos, mais que o dobro de ativo que no ano anterior, visto que no ano de 2020 seu caixa equivalente de caixa e crédito a curto prazo foram quase o dobro do ano anterior, além de diminuir seu ajuste de perda de crédito a curto prazo e adquirir um intangível novo nesse mesmo período, mostrando uma maturidade maior em relação às demais cidades.

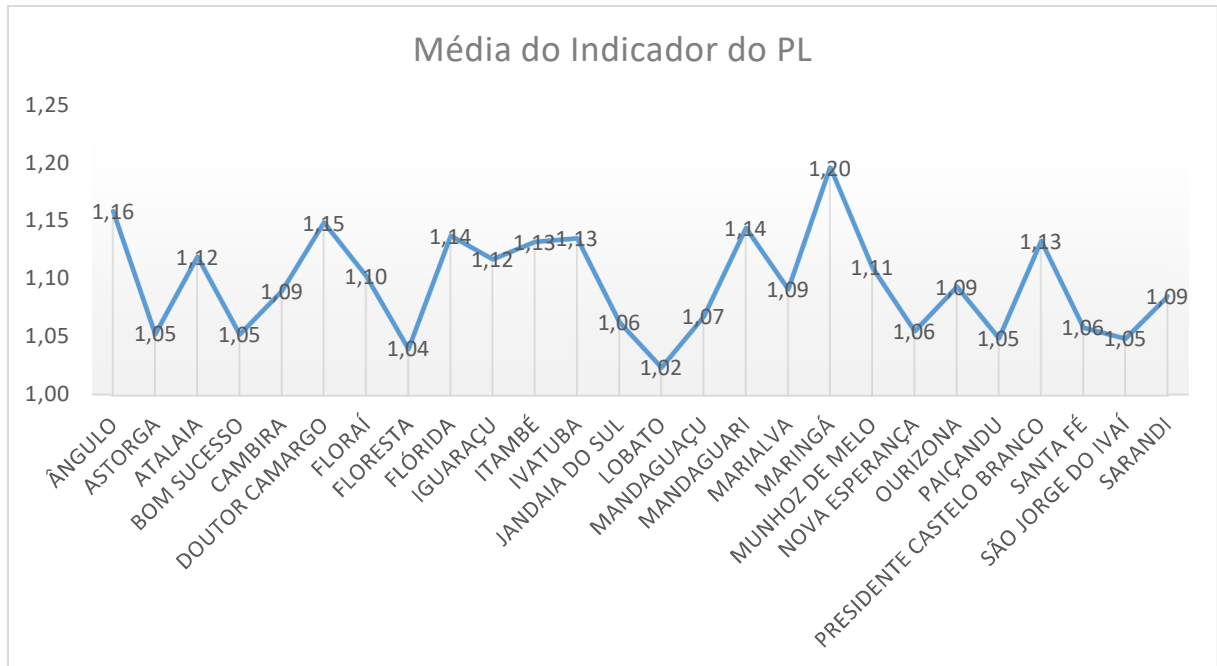


Gráfico 3: Média do Indicador do Patrimônio Líquido (PL)

No entanto, o patrimônio líquido tem uma média entre 1,02 até 1,20, estando todos os municípios acima de um, porém o menor indicador e na cidade de Lobato, apresentando um patrimônio que diminuiu na metade no ano de 2015 para 2016, tendo dificuldade para se recuperar, pois seu resultado foi de forma discrepante menor que do ano anterior e até mesmo negativa. Porém, o maior indicador está na cidade de Maringá no ano de 2019/2020, pois seu índice foi maior que dois, isso ocorreu porque no ano de 2020 os municípios tiveram um patrimônio dobrado em relação ao ano anterior, verificando mais afundo o ocorrido foi devido ao seu resultado do exercício e seus ajustes dos exercícios anteriores.

4.2 Análise vertical

Na segunda análise a se trabalhar no artigo é a Análise Vertical dos municípios. Seguindo esse raciocínio a média de todos os 7 anos em cada cidade, traz um indicador entre 1,16 até 98,84, desde seu ativo até seu passivo. Dessa forma, esmiuçando quanto de cada conta do ativo circulante e o não circulante representam do seu ativo total e consequente do passivo também.

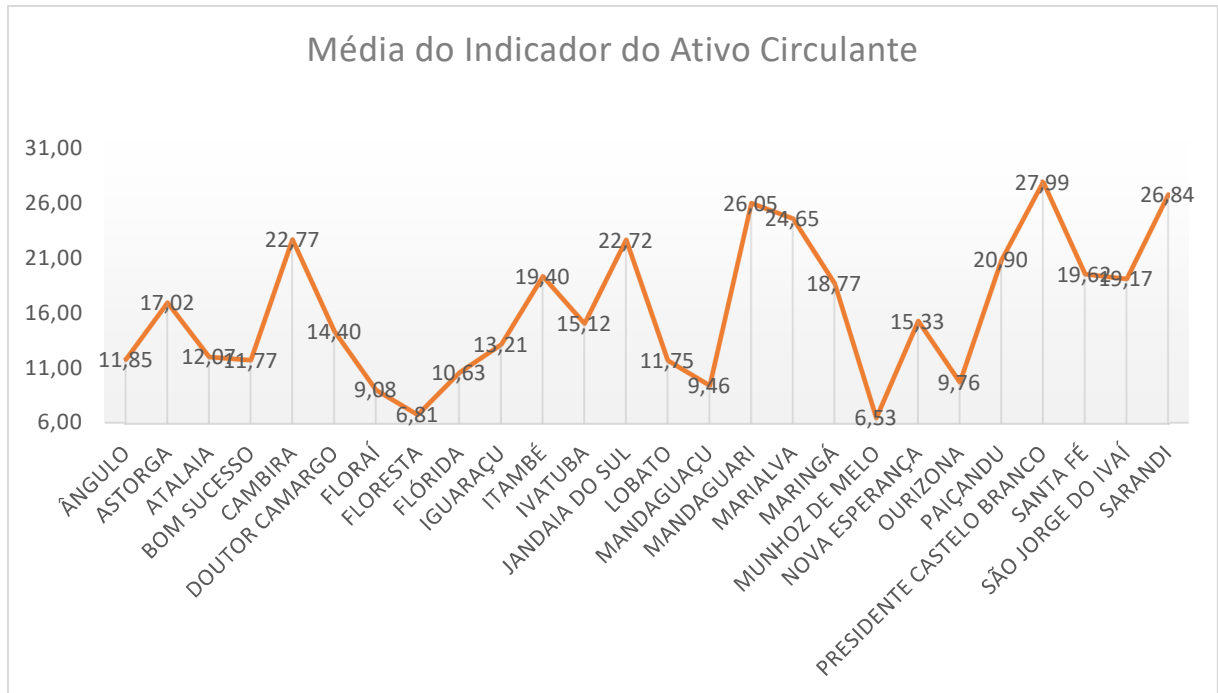


Gráfico 4: Média do Indicador do Ativo Circulante

Dessa forma, percebe-se que os municípios têm um ativo não circulante maior que o circulante, isso acontece porque eles contam com mais bens e direitos no longo prazo do que no curto prazo. Com isso, analisando seus ativos circulantes, a média fica entre 6,53 até 27,99, sendo o ífero indicador na cidade de Munhoz de Melo, do qual apresenta baixa no seu índice em todos os anos em relação as demais cidades analisadas, mesmo tendo um esforço para aumentar conforme os anos e conseguindo apenas no seu caixa e equivalente de caixa, isso também ocorre no município de Floresta que está bem próximo da menor média dos indicadores. No entanto o súpero valor é apresentado na cidade de Presidente Castelo Branco, pois sua média é alta em todos os anos analisados principalmente no período de 2014, e também aumenta significativamente também nos últimos anos.

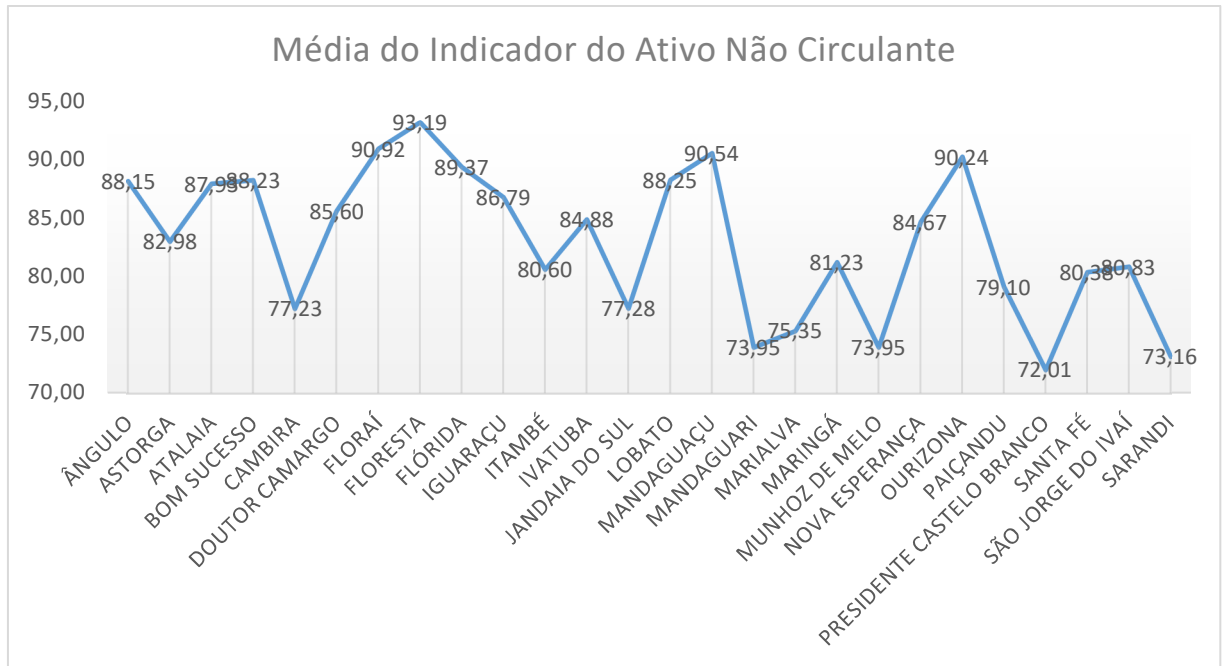


Gráfico 5: Média do Indicador do Ativo Não Circulante

No entanto, o ativo não circulante tem uma média vertical de 72,01 até 93,19, mas todas as cidades seguem quase a mesma mediana, tendo assim um ativo a longo prazo bem maior e consequentemente gerando um poder de compra maior. O município com indicador menor é o de Presidente Castelo Branco, pois em todos os anos seu ativo fica abaixo dos demais, porém é visto um esforço para se ter um aumento em cada ano, principalmente nos investimentos em participações e no seu imobilizado após o ano de 2017. Mas o maior indicador é apresentado na cidade de Floresta, do qual tem um ativo não circulante maior que todos os demais municípios e consegue se manter assim pelos 7 períodos, isso mostra que mesmo a cidade sendo pequena sua maturidade em gerar ativo no longo prazo é maior.

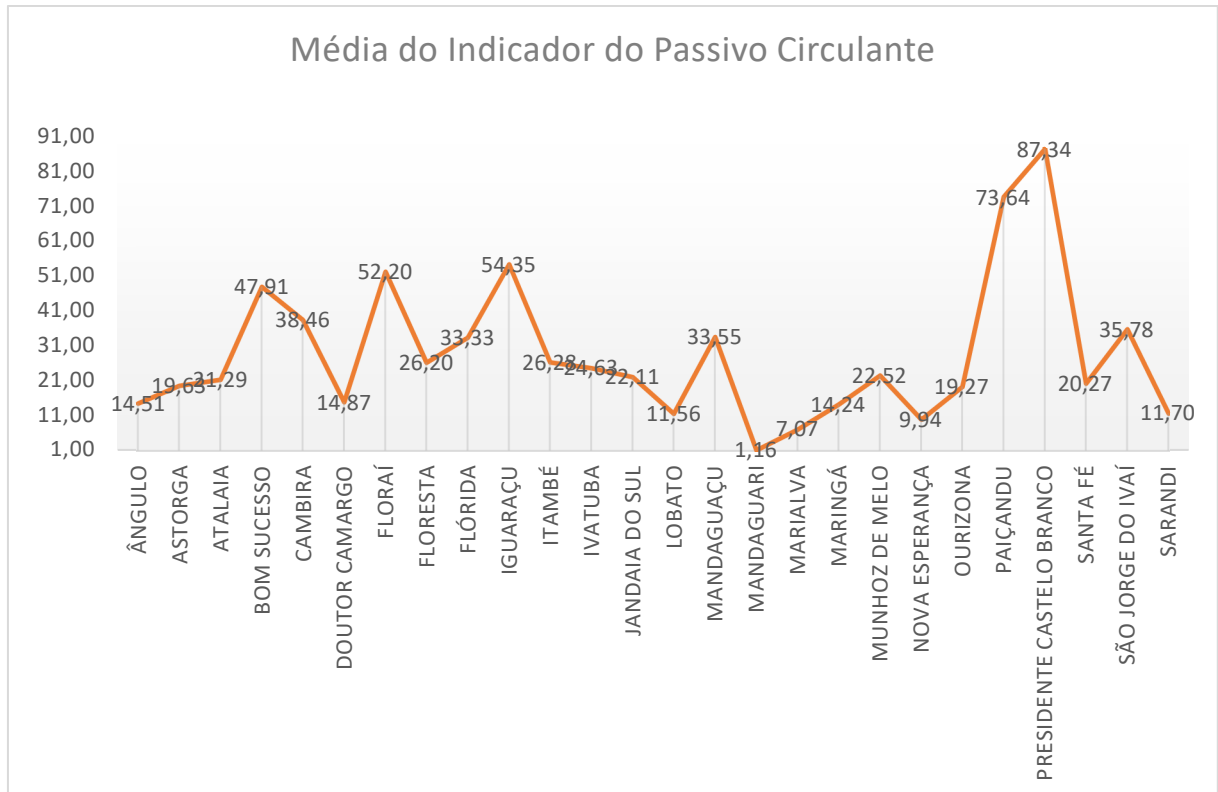


Gráfico 6: Média do Indicador do Passivo Circulante

Porém, no passivo circulante dos municípios é apresentado uma média entre 1,16 até 87,34, não tendo uma linha linear em comparação com todos os demais. Dessa maneira, a cidade com menor indicador e a de Mandaguari, com uma distância relevante em comparação com os demais, isso acontece porque em todos os períodos o município tem um passivo circulante extremamente menor que todos os demais, mas levando em consideração que é uma pequena cidade e que seu esforço está em não ter tantas obrigações no curto prazo. Mas o maior indicador é apresentado no município de Presidente Castelo Branco, tendo um passivo circulante maior que os demais, sendo preocupante para uma cidade tão pequena como ela, porém é visto na análise um esforço para diminuir suas obrigações de curto prazo, tem um pequeno sucesso no último período analisado.

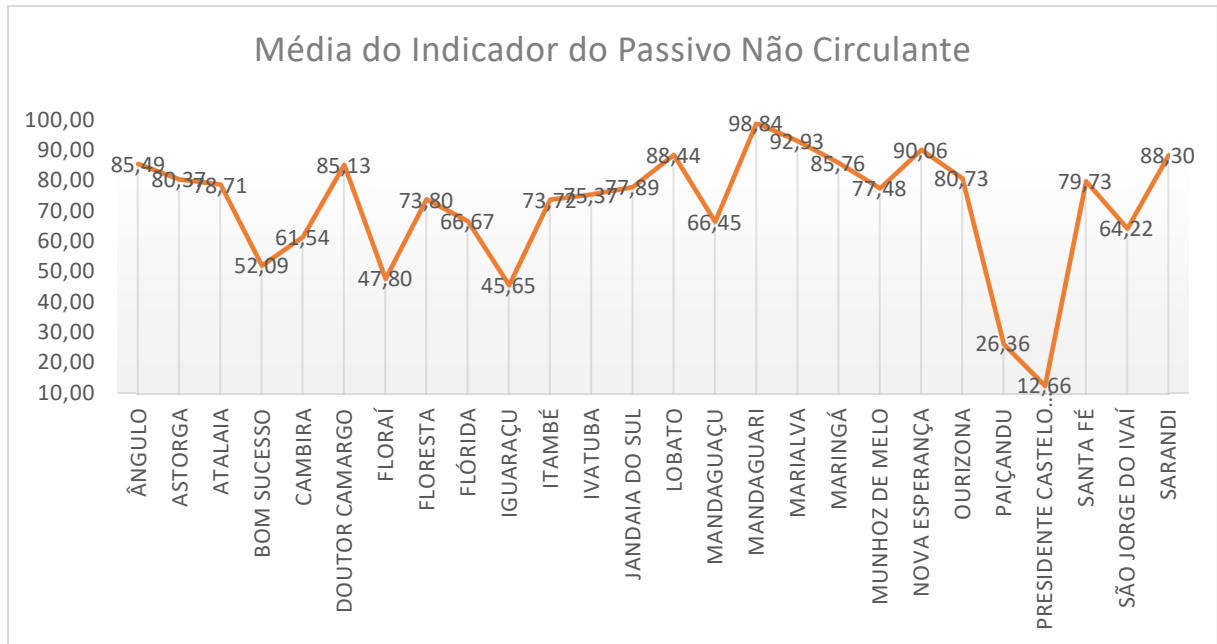


Gráfico 7: Média do Indicador do Passivo Não Circulante

Consequentemente, o passivo não circulante tem uma média entre 12,66 até 98,84, sendo a cidade de Presidente Castelo Branco com menor valor e Mandaguari com o maior. Isso ocorre pois no primeiro município em todos os períodos com exceção do último ano, tem um indicador extremamente abaixo dos demais, mostrando assim uma preocupação, pois suas obrigações estão mais no curto prazo do que no longo prazo, não dando uma folga tão grande para a cidade se planejar. Entretanto, na segunda cidade seu passivo não circulante se mantém em alta em todos os anos, mostrando uma maturidade maior de manter suas contas no período após 12 meses, sendo um ponto positivo para uma cidade tão pequena como Mandaguari.

4.3 Análise dos resultados

Os principais achados da pesquisa é um certo equilíbrio no balanço patrimonial na média de todos os municípios analisados, verificando apenas algumas discrepâncias que ocorreram em decorrência de anos ruins, mas há uma verificação de esforço nos mesmos para melhorarem suas contas patrimoniais e assim atingirem indicadores melhores para as cidades. De um modo geral, se verificou um padrão de gestão que se assemelha a todos os componentes da amostra e que foram se repetindo ao longo do período analisado. Não se considera ter destaque individual de um ou outro município, pois em alguns anos apenas se verificou haver destaques positivos e negativos, porém, no todo, o comportamento dos indicadores se mantiveram constantes e próximos da média da amostra.

A maior contribuição do estudo é o aprofundamento das informações contábeis dos balanços, sendo transcritos em um artigo com uma característica de análise vertical e horizontal, trazendo assim após o estudo, informações mais fidedignas e mais confiáveis para os usuários externos que querem entender um pouco mais da região. Dessa maneira, a transparência dos municípios fica maior e a confiança dos cidadãos também, além de gerar um ótimo estudo na área de contabilidade aplicada ao setor público.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo foi aplicado as técnicas de análise horizontal e vertical aplicada ao setor público nos vinte e sete municípios que integram a Região Metropolitana de Maringá, com período de análise compreendendo os anos 2014 a 2020, para verificar a evolução de seus indicadores financeiros. A pesquisa contemplou balanço patrimonial para aplicação das técnicas e que se gerou os indicadores que revelaram a performance dos municípios no período e possibilitou conhecer em maiores detalhes e de forma comparativa quais destes tiveram um melhor desempenho.

Dessa maneira, o uso de indicadores verticais e horizontais foi a escolha para uma leitura correta da evolução dos indicadores financeiros dos 26 municípios. Portanto, a conclusão da pesquisa traz que analisando os bens e direitos (ativos) das cidades em comparação com os seus deveres (passivo) na análise horizontal, há um certo equilíbrio para suprir a necessidades e seu patrimônio líquido segue no mesmo padrão. Porém, na análise vertical a comparação foi no mesmo viés também, mas verificando em relação aos seus direitos e deveres de curto e longo prazo, assim na média os municípios apresentam um alto ativo e passivo no longo prazo, tendo um equilíbrio novamente entre seus bens e direitos em comparação com os seus deveres.

Especificamente na análise horizontal da média dos indicadores do passivo revelou uma variação dos indicadores entre 0,66 até 2,17, revelando uma tendência de aumento. Destaca-se que o município de Lobato possui os piores indicadores, sendo que no período de 2015 a 2016, o indicador é negativo, já o melhor desempenho coube a São Jorge do Ivaí, com os melhores indicadores. A média do indicador do Patrimônio Líquido teve variação entre 1,02 até 1,20, com todos os municípios acima de um, exceto Lobato que apresentou o pior desempenho; o destaque positivo é de Maringá com a melhor performance. Por fim a média dos indicadores do ativo oscilaram entre 1,04 até 1,20, com pequenas variações; o município com pior desempenho coube a Floresta e o melhor a Maringá.

Os resultados da análise vertical revelaram que a média do indicador do ativo circulante oscilou entre 1,16 até 98,84, revelando que cada conta do ativo circulante e o não circulante representam do seu ativo total e consequente do passivo já que os municípios tem um ativo não circulante maior que o circulante, isso acontece porque eles contam com mais bens e direitos no longo prazo do que no curto prazo. O destaque negativo ficou com Munhuz de Melo e Floresta; o melhor desempenho é Presidente Castelo Branco ao longo do período. Os indicadores do o ativo não circulante teve média vertical de 72,01 até 93,19, com todos os municípios seguindo o mesmo padrão já que o ativo a longo prazo é maior e consequentemente gerando um poder de compra maior. O pior desempenho ficou com Presidente Castelo Branco e o melhor com Floresta, do qual tem um ativo não circulante maior que todos os demais municípios e consegue se manter assim pelos 7 períodos.

No que se refere à análise do passivo circulante dos municípios é verificado uma média entre 1,16 até 87,34, não tendo um padrão deste indicador. O menor indicador averiguado é de Mandaguari que destoou da média dos demais municípios, já que possui um passivo circulante extremamente menor que todos os demais; o destaque positivo ficou com Presidente Castelo Branco, tendo um passivo circulante maior que os demais. A investigação do indicador do passivo não circulante teve uma média entre 12,66 até 98,84, sendo a cidade de Presidente Castelo Branco com um indicador extremamente abaixo dos demais e o destaque positivo é de Mandaguari cujo passivo não circulante se mantém em alta em todos os anos.

Por fim, denota-se que o objetivo da pesquisa se considera atendido já que foi possível realizar uma verificação da performance financeira dos municípios e a evolução de seus indicadores, o que se traduz em informações úteis em termos de comparação de desempenho. Houve uma

dificuldade no desenvolver da pesquisa que foi disponibilização dos dados, fato que contraria a legislação em termos de estarem publicadas e disponíveis à população. Como sugestão a estudos futuros recomenda-se a aplicação destas técnicas de análise a outros municípios para fins de verificação do desempenho financeiro e das contas públicas, sendo realizado em outros grupos de municípios e períodos temporais, como forma de acompanhamento da performance e emprego dos recursos públicos.

REFERÊNCIAS

- Augustinho, S. M. et. al. (2015). Disclosure e Accountability nas demonstrações contábeis públicas como instrumentos de controle social, Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 02, Brasília.
- Avila, S. (2014). Análise Horizontal e Vertical dos demonstrativos financeiros: estudo de caso em uma indústria alimentícia de Marília – SP, Marília.
- Barboza, J. F. et. al. (2017). Análise do balanço patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais do município de Cascavel no período de 2014 a 2016, Toledo.
- Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público - MCASP, 8ª edição. (2019) Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8%C2%AA%20ed+-+publica%C3%A7%C3%A3o_com+capa_2vs/4b3db821-e4f9-43f8-8064-04f5d778c9f6. Acesso em 03 fev. 2022.
- Carneiro, J. D. et. al. (2012). Normas brasileiras de contabilidade aplicadas as Setor público NBCs T 16.1 a 16.11, Conselho Federal de Contabilidade, Brasília.
- Costa, C.S. (2018). Análise das demonstrações contábeis no setor público – Avaliação de indicadores financeiros e de solvência, Santa Catarina.
- Dáros, L. L.; Pereira, A. S. (2009). Análise das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – nbcasp: Mudanças e desafios para a contabilidade pública, Santa Catarina.
- Fagundes, J. A. et al. (2008). Proposta de pesquisa em contabilidade: Considerações sobre a teoria da contingência, Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis de UERJ, v.13, Rio de Janeiro.
- Fernandes, P. O. (1996). Análise de Balanços no Setor Público, Contab. Vista & Ver. Belo Horizonte, v 07.
- Gil, A. C. (2002). Como Elaborar Projetos de Pesquisa, Editora Atlas, São Paulo, ed. 04.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, Editora Atlas, São Paulo, ed. 06.
- Gomes, E. A. O. et. al. (2010). A Importância da análise das demonstrações contábeis numa perspectiva organizacional, Centro Universitário do Vale do Ribeira.
- Gorla, M. C.; Lavarda, C. E. F. (2012). Teoria da Contingência e Pesquisa Contábil. Revista de Administração, Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE, Ribeirão Preto, ed. 06.
- Guimarães, A. A. B. et. al. (2021). Deliberação e implantação do plano de procedimentos contábeis patrimoniais no setor público na microrregião de Caratinga, Revista de Administração e Contabilidade, v. 08, Pará.
- Igarashi, D. C. C. et. al. (2010). O uso da Análise Horizontal e Vertical para apoiar a evidenciação do alinhamento entre o balanço social e o relatório de sustentabilidade: Um estudo em uma empresa geradora de energia elétrica, v. 26, São Caetano do Sul.
- Leite, K. K. M. (2018). Análise da compreensibilidade das demonstrações contábeis divulgadas pelo setor público brasileiro, João Pessoa.

- Mantovani, F. R. (2012). Desenho e uso de sistemas de Controle Gerencial focados nos clientes: Um estudo em empresas brasileiras sob a perspectiva da teoria da contingência, São Paulo.
- Matarazzo, D. C. (2010). Análise Financeira de Balanços – Abordagem Básica e Gerencial. 7ª Ed. São Paulo, Atlas.
- Matsumoto, A. S.; Carvalho, J. S. (2010). Análise Referencial Versus Análise Vertical e Horizontal aplicadas ao setor de telecomunicações. Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasília.
- Mauss, C. V. (2012). Análise de demonstrações contábeis governamentais: instrumento de suporte à gestão pública. São Paulo, Atlas.
- Meneses, A. F. (2011). Evidenciação das demonstrações contábeis: Estudo sob a óptica do processo de convergência das normas de contabilidade aplicadas ao setor público, Fortaleza.
- Neto, L. M.; Jacobsen, A. L. (2015). Teoria da Administração II, Departamento de Ciências da Administração / UFSC, Florianópolis, ed. 06.
- Prodanov, C. C.; Freitas, E. C. (2013). Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico, Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul, ed. 02.
- Sanchez, A. F. C.; Maes, L.L. (2013). Uma análise das principais mudanças nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, Revista Linceu, São Paulo, v. 03.
- Santana, R. C. (2013). Análise das demonstrações contábeis do setor de carnes e derivados a partir da técnica análise referencial, Planaltina.
- Santos, P.S. A. et. al. (2014). Utilização da entropia informacional na seleção de indicadores financeiros mais relevantes para tomada de decisão no setor público: o caso dos estados brasileiros, v. 19, SciELO.
- Sell, .F. et. al. (2020). Influência de fatores contingenciais no desempenho municipal: evidência inferenciais, Revista de Contabilidade e Organizações, v. 14, Pará.
- Serra, F. A. R. (2016). Capital intelectual e o sistema de controles gerenciais das instituições públicas de ensino superior: Um ensaio teórico sob a perspectiva da teoria da contingência, Revista Ibero-Americana de Estratégia, v. 13, SciELO.
- Silva, A. B. (2012). BSC e DEA na mensuração da eficiência do setor público, Minho-Aveiro.
- Silva, E.L.; Menezes, E. M. (2001). Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação, Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, Florianópolis, ed. 3.
- Silva, J.S. et al. (2016). Implantação de um sistema integrado de gestão sob a ótica da teoria da contingência: Um estudo de caso em uma indústria do setor siderúrgico do estado do Rio de Janeiro, Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI, Floriano, v. 03.
- Silva, M. V. D. C.; Cerqueira, A. J. F. (2020). Contabilidade Governamental. Universidade Federal da Bahia, Bahia.
- Soares, E. M.; Milani, B.(2015). Análise Horizontal e Vertical da empresa estúdio fotográfico LTDA de Santa Maria – RS. Revista Palotina de Administração, Palotina, v. 02.
- Tesouro Nacional. (2019). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Ministério da Fazenda, ed. 8º, Brasília.